MINAS GERAIS - CADERNO 1

PORTARIA Nº 797, DE 18 DE MARÇO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), órgão executivo de trânsito estadual e integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em conformidade com art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com o art. 2º do Decreto Estadual nº 44.917 de 06 de outubro de 2008 e, considerando o cumprimento das exigências inseridas na Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019 e Portaria DETRAN/MG nº 49, de 24 de janeiro de 2020.

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Estampadora De Placas Monte Siao Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.615.260/0001-56, com sede na Rua do Mercado, nº 1183, Bairro Centro, CEP 37.580-000, Monte Siao/MG, para exercer suas atividades no âmbito da circunscrição da DRPC de Pouso Alegre/MG;
Art. 2º O cadastramento tem por objeto atividades de estampagem de placas de identificação de veículos no padrão PIV.
Art. 3º A vigência deste cadastramento é de 05 (cinco) anos, renovável sucessivamente por iguais períodos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências contidas na Portaria nº 49, de 24 de janeiro de 2020 e legislação de trânsito pertinente.
Art. 4º A cadastrada deverá observar, no que couber, a regra definida na Lei Estadual nº 19.999, de 31 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.990, de 15 de junho de 2012.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Kleyverson Rezende
Diretor do DETRAN/MG

PORTARIA Nº 798, DE 18 DE MARÇO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), órgão executivo de trânsito estadual e integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em conformidade com art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com o art. 2º do Decreto Estadual nº 44.917 de 06 de outubro de 2008 e, considerando o cumprimento das exigências inseridas na Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019 e Portaria DETRAN/MG nº 49, de 24 de janeiro de 2020.

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa A. Mercosul Placas Uberlândia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.366.466/0001-90, com sede na Rua João Rodrigues de Castro, nº 50, Bairro dos Eucaliptos II Lote, CEP 38.414-122, Uberlândia/MG, para exercer suas atividades no âmbito da circunscrição da DRPC de Uberlândia/MG.
Art. 2º O credenciamento tem por objeto atividades de estampagem de placas de identificação de veículos no padrão PIV.
Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 05 (cinco) anos, renovável sucessivamente por iguais períodos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências contidas na Portaria nº 49, de 24 de janeiro de 2020 e legislação de trânsito pertinente.
Art. 4º A credenciada deverá observar, no que couber, a regra definida na Lei Estadual nº 19.999, de 31 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.990, de 15 de junho de 2012.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Kleyverson Rezende
Diretor do DETRAN/MG

19 1337451 - 1

**SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES
E INTELIGÊNCIA POLICIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MINAS GERAIS
PORTARIA Nº 1 DE 18 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre as isenções de taxa de pagamento no acesso a 2º e demais vias da documentação civil – Carteira de Identidade, em casos de hipossuficiência de renda.

A Diretora do Instituto de Identificação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 17, §§ 3º e 7º, 46, I, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013 e considerando o teor do Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018 e do Decreto Estadual nº 38.886, de 1º de julho de 1997, no tocante à emissão de carteiras de identidade, sem recolhimento da taxa de segurança pública;

Considerando a necessidade de simplificar, padronizar e garantir um adequado atendimento ao público, no processo de expedição de carteira de identidade civil no Estado de Minas Gerais, seja em Postos de Identificação, em Unidades de Atendimento Integrado – UAIs ou durante a realização de Ações Sociais e Comissões Volantes;

Resolve:
Art. 1º Determinar o cumprimento das disposições contidas no Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018 e no Decreto Estadual nº 38.886, de 1º de julho de 1997, no que se referem às hipóteses de gratuidade da carteira de identidade descritas a seguir:
§ 1º – É gratuita a primeira emissão da Carteira de Identidade, nos termos da Lei 7.116, de 29 de agosto de 1983.
§ 2º – Fica isenta da taxa, a emissão da 2ª via, ou demais vias, da Cédula de Identidade, quando do furto ou roubo do documento original, sendo exigida a apresentação do Registro de Evento de Defesa Social – REDS.
I - A isenção a que se refere esta hipótese se aplica às demais vias sempre que devidamente comprovada a ocorrência do fato, pelo pertinente Registro de Evento de Defesa Social – REDS.
II - A solicitação de uma nova via de carteira de identidade, com o benefício de isenção da respectiva taxa, deverá ocorrer dentro do prazo de 30 dias, após a ocorrência do fato e não do seu registro.
III - Na hipótese de ocorrência de furto ou roubo em local diverso de Minas Gerais, que tenha sido registrado na localidade do fato, deverá constar o número do boletim de ocorrência original no histórico do REDS realizado em Minas Gerais.

IV – O REDS deverá ter como “Natureza” do fato, “Furto” ou “Roubo”, e a Carteira de Identidade ser relacionada nos documentos cadastrados.
V – Nos Postos de Identificação com acesso ao REDS, fica esse responsável para consultar e confirmar as informações, sendo o requerente dispensado de apresentar o autoludido documento.
§ 3º - Em todas as situações a gratuidade será concedida de ofício pelo servidor competente para fornecer o documento ou praticar o ato, mas não dispensa o requerente do cumprimento das formalidades e da apresentação dos documentos exigidos.

Art. 2º. É gratuita a emissão da Carteira de Identidade em razão de erro na digitação do RG, constatado em até 30 dias, a partir da data de emissão do documento, em consonância com o princípio da autotutela, pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos. Parágrafo Único – A gratuidade em razão de erro na digitação será concedida de ofício pelo servidor competente para fornecer o documento ou praticar o ato, mas não dispensa o requerente do cumprimento das formalidades e da apresentação dos documentos exigidos para a confecção da carteira de identidade que contém a digitação equivocada, com vista à nova conferência.
Art.3º A emissão da Carteira de Identidade nos casos de hipossuficiência de renda, será concedida de forma gratuita pelo Instituto de Identificação de Minas Gerais aos cidadãos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), cuja renda familiar mensal per capita seja de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até três salários mínimos, conforme previsto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007.

I - Para fins de comprovação da inscrição no CadÚnico, o requerente deverá apresentar documento comprobatório – Folha Resumo, devidamente assinado e carimbado por servidor efetivo vinculado ao CRAS que prestou o atendimento.
II - Caso no momento da inscrição no CadÚnico não seja possível a emissão da Folha Resumo, o requerente deverá apresentar documento hábil em comprovar sua situação, emitido pelo órgão responsável por aquela.
Art. 4º Em casos de impossibilidade de realização de inscrição no CadÚnico, o (a) requerente deverá apresentar o Formulário constante no Anexo I desta Portaria, devidamente preenchido e assinado por profissional vinculado ao órgão emite.

§1º - Os (as) requerentes impossibilitados (as) de realização de inscrição no CadÚnico, também deverão atender aos critérios de renda constantes no artigo 1º.
§2º Considera-se impossibilitado de realização de inscrição no CadÚnico:
I - Pessoas em contexto de acolhimento institucional pela administração pública ou em entidades conveniadas a essa.
II - Pessoas internadas em unidades públicas de saúde e que não tenham condições de responder pela inscrição no CadÚnico.
III - Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado ou semi-aberto;

DIÁRIO DO EXECUTIVO

IV - Indivíduo privado de liberdade custodiado pelo sistema prisional;
V- Pessoas acima de 18 anos que não possuem inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em acompanhamento familiar pelo serviço de Proteção e Atenção Integral a Família - PAIF ou serviço de proteção especializado para famílias e indivíduos.
Art. 5º Os casos omissos relativos à atuação das Comissões Volantes e/ou Ações Sociais, serão resolvidos pela Direção do Instituto de Identificação.
Art. 6º Revoga-se a Portaria Nº 03/2019. Publique-se.
Cumpra-se.

Belo Horizonte, 18 de março de 2020.
Adriana Monteiro de Barros
Diretora do Instituto de Identificação

19 1337448 - 1

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº 040/DP/ACADEPOL/PCMG/2020
Designa Equipe Didático-Pedagógica do Curso Básico de Vistoria e Identificação Veicular – EAD.
A Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, em observância ao que preceitua o art. 140, § 1º da Constituição Estadual de Minas Gerais, o art. 36, da Lei Complementar nº 129 de 08/11/2013 - LOPC e demais legislações vigentes, resolve designar os servidores abaixo referenciados, sem prejuízo das atribuições dos respectivos cargos e funções, como membros da Equipe Didático-Pedagógica do Curso Básico de Vistoria e Identificação Veicular – EAD a saber:

Órgão Promotor e Executor:	Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL
Público Alvo:	Vistoriadores/DETRAN-MG Servidores Policiais e Administrativos da PCMG
Modalidade:	Ensino a Distância (EAD)
Endereço Eletrônico:	Plataforma EAD: http://ead.policia-civil.mg.gov.br
Carga Horária:	20 horas/aula
Período:	11 a 25 de março de 2020
Nº do Projeto:	10/2020
Prova Final:	25 de março de 2020, de 15h30min às 17h30min (online)

Equipe Didático-Pedagógica:	
Nome	MASP
Coordenadora-Geral	
Cinara Maria Moreira Liberal	381.129-6
Subcoordenador-Geral	
Alcides Costa	294.474-2
Coordenadora Didático-Pedagógica	
Rita Rosa Nobre Mizerani	349.306-1
Coordenadores Técnicos	
Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu	341.901-7
Lucimeire Realina Nunes	343.847-0
Marco Antônio Monteiro de Castro	294.040-1

Instrutor Técnico	
Jorge Bruno Teixeira	293.585-6

Monitores/Tutores	
Adilson Pereira Ramos	458.280-5
Adirleane Patricia Gomes Rodrigues	1.353.721-2
Adson Leto Maciel Sant Anna	1.242.303-4
Alan Junio Quaresma	1.352.803-9
Alan Mac Geraldo de Souza	667.719-9
Alessandra Batista Da Silva	366.997-5
Ana Maria Pereira Gomes	1.411.634-7
Anderson Luiz Ferreira Fernandes Feitosa	1.413.086-8
Antonio Marques da Silva	458.049-4
Barbara Bella Marques Antunes	1.355.024-9
Bruno Carmo Freire	1.256.050-4
Bruno Luiz Ferreira	1.361.351-8
Carlos Antonio da Conceição	1.112.980-6
Carlos Frederico Soares Filho	1.242.308-3
Cibele da Silva Ferreira de Faria	1.352.650-4
Claudio Soares Quintão	458.113-8
Danielle de Cássia Soares Santos	1.242.065-9
Danielle Magalhães Chaves	1.290.588-1
Danubia Araujo Anastacio	1.377.685-1
Denio Constancia Costa	1.356.711-0
Douglas Santiago Melo	1.213.770-9
Elcimar Monteiro	341.043-8
Eleazar Martins Campos	372.495-2
Ellen Fernandes Afonso	1.375.926-1
Erika Codo Freire de Andrada	1.414.529-6
Erika Cunha de Oliveira	1.370.813-6
Esther Saraiva Felix Soares	348.524-0
Estevao Carvalho Cardoso	1.241.918-0
Fabio Lopes dos Reis	1.255.824-3
Felipe Augusto dos Santos de Carvalho	1.256.003-3
Fernando Simoes Pellucci	1.242.429-7
Fernando Vilefort Costa	1.332.259-9
Francisco Junior Quirino Anastacio	1.370.083-6
Gilson Carlos da Silva	298.352-6
Giselle Ferreira de Oliveira	1.174.077-6
Guilherme Sgarbi Chaves Reis	1.113.483-0
Jessica Taiane Campos Santos	1.354.966-2
Jose Renato dos Reis Faria	458.075-9
Josie Germino dos Santos De Assuncao	1.184.834-8
Juliana Geraldina Claudio Pimentel	1.353.627-1
Katarina Cristina Jabbur Machado	1.263.361-6
Kathleen Cristina de Souza	1.353.479-7
Leonardo Alves Simioni	1.256.080-1
Leonardo Cesar Fraga de Sousa	1.174.150-1
Leonardo Fernando Lage	458.297-9
Lidiane Barros de Oliveira Ataíde	1.458.457-7
Lorena Giorgi Pedrosa	1.381.189-8
Luiz Fernando Gomes Farias	1.376.999-7
Marconi José Nunes	341.957-9
Marcos Antonio Gonçalves	1.132.326-8
Marcos Daniel Tavares Pessoa	1.174.132-9
Marcos Paulo Puga Miranda	1.255.991-0
Mariana Araujo Rodrigues	1.352.719-7
Mariana Gabrielle Magalhães Rodrigues	1.366.661-5
Marilany Patricia Pereira Batista Magalhães	1.367.990-7
Matheus Giesbrecht Botelho	1.412.496-0
Mayra Katlen Galdino Marcelino	1.379.173-6
Melina Adelino Lisboa	1.455.398-6
Messias Roberto Domingos	1.356.751-6
Michelle Andrea da Silva Martins	1.353.403-7
Michelle Marie Braga	453.830-2
Nardécio Francisco da Silva	343.877-7
Nathalia Cunha Sampaio Policastro	1.370.773-2
Patricia de Almeida Diniz	1.257.402-6
Patricia Gilmar Cruz Silva	1.155.706-3
Paulo Vitor de Oliveira	1.353.395-5
Pedro Henrique De Almeida	1.243.023-7
Plínio Nunes Lacerda	1.412.598-3
Priscila de Paula Lourenço	1.458.344-7
Reginaldo Fraga Vasconcelos	1.355.099-1
Renata Mattar Peixoto	1.364.341-6
Renata Mendes	1.351.928-5
Renato de Aguiar e Silva	341.383-8

Ricardo de Abreu Mello	1.241.913-1
Ricardo Ribeiro Fortes	1.127.244-0
Roberto Di Spirito Almeida	1.412.447-3
Roberto Marcio de Oliveira Junior	1.174.091-7
Rodrigo Buzatti	1.458.506-1
Rodrigo de Moura Silva	1.367.753-9
Rogéria Marília Martins Pereira	1.257.454-7
Rosemary Aparecida Furtado Faria	1.241.871-1
Samara Acipreste Gomes	1.355.049-6
Sarah de Oliveira	363.869-9
Tiago Lucas Teixeira	1.112.730-5
Vanessa Candida Alves de Souza	1.256.214-6
Vera Ligia Satiro	1.356.713-6
Victor Martins de Assis	1.256.370-6
Vinicius Augusto Ribeiro Caldas	1.356.626-0
Walter de Almeida	44.850-6

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 16 de março de 2020.
Cinara Maria Moreira Liberal
Delegada-Geral de Polícia
Diretora da Academia de Polícia Civil

19 1337450 - 1

SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES

E INTELIGÊNCIA POLICIAL
PORTARIA Nº 01, DE 19 DE MARÇO DE 2020
Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento relativos à situação de emergência em saúde pública, decorrente da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto de Identificação e dos Postos de Identificação, descentralizados, nos termos do art. 15 da Resolução nº 8.132, de 18 de março de 2020, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
O Superintendente de Informações e Inteligência Policial, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 39 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, considerando a conveniência de sistematizar as ações e os procedimentos afetos à Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP);
Considerando a necessidade de determinação de medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão da COVID-19 onde houver interações sociais e, especialmente, aglomeração de pessoas; e
Considerando o dever da Superintendência de Informações e Inteligência Policial de garantir atuação segura dos servidores, em matéria de identificação civil, bem como de preservar a saúde do cidadão atendido em suas diversas unidades;

Resolve:
Art. 1º – Esta Portaria dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento relativos à situação de emergência em saúde pública, decorrente da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto de Identificação e dos Postos de Identificação, descentralizados, nos termos do art. 15 da Resolução nº 8.132, de 18 de março de 2020, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
Art. 2º – Fica estabelecido que no Instituto de Identificação e Postos de Identificação de Belo Horizonte será adotado o regime especial de teletrabalho, observado o disposto no art. 11 da Resolução nº 8.132, de 18 de março de 2020, e na Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 2, de 16 de março de 2020, assegurado que não ocorra interrupção da execução das atividades.
Art. 3º – O atendimento presencial do cidadão no Instituto de Identificação e nos Postos de Identificação, descentralizados, referentes aos serviços de emissão de carteira de identidade, ficam restritos às situações emergenciais, devidamente comprovadas, quando a carteira de identidade for documento necessário para:

I – solicitar medicamentos, consulta ou tratamento médico, na rede pública ou privada de saúde;
II – cumprir exigências das relações de trabalho ou emprego; e
III – realizar viagens nacionais ou internacionais à trabalho ou para tratamento de saúde.
Art. 4º – Os agendamentos anteriormente realizados para emissão de carteira de identidade, ainda que não abrangidos nas hipóteses do artigo 2º, serão mantidos até o dia 23 de março de 2020.
§ 1º – Os Postos de Identificação, descentralizados, deverão empreender esforços para que sejam reagendados os serviços não emergenciais.
§ 2º – Ficam suspensos novos agendamentos, exceto os emergenciais, a partir da entrada em vigor desta Portaria.
Art. 5º – As disposições desta Portaria aplicam-se aos Postos de Identificação, descentralizados, ainda que sediados em imóveis de Instituição ou Órgão público diverso da Polícia Civil, exceto se todas as atividades ou o acesso ao público no local forem por aquele interrompidas.
Art. 6º – A emissão de impossibilidade de acesso via internet (web) pelo cidadão, e nos casos de atestado de antecedentes criminais obedecerá ao disposto no art. 3º desta Portaria.
Art. 7º – Ficam suspensas as atividades das Comissões Volantes do Instituto de Identificação.

Art. 8º – Com a finalidade de reduzir o fluxo de pessoas no Instituto de Identificação e nos Postos de Identificação, descentralizados, a entrega de carteira de identidade em processo de emissão deverá ser agendada, por telefone, e-mail ou outros meios digitais, a partir das orientações dos órgãos federais e estaduais de saúde.
Parágrafo único – O contido neste artigo não se aplica às hipóteses emergenciais previstas nos incisos do art. 3º desta Portaria.
Art. 9º – Os delegados de polícia gestores de Postos de Identificação, descentralizados, são os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das diretrizes desta Portaria, os quais deverão empreender esforços e diligências perante o almoxarifado geral da Polícia Civil para a obtenção dos materiais necessários à higienização e desinfecção de pessoas, objetos e ambientes.
Art. 10 – Os casos omissos, excepcionais e supervenientes, e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pelo Superintendente de Informações e Inteligência Policial, objetivando garantir a continuidade do serviço público.
Art. 11 – As medidas de contingenciamento e suspensão definidas nesta Portaria, conforme o disposto nos artigos 18 e 20 da Resolução nº 8.132, de 2020, são ajustáveis de acordo com a fase de contenção e mitigação da pandemia e aplicáveis enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública no Estado.

Art. 12 – O disposto nesta Portaria não se aplica aos Postos de Identificação vinculados às Unidades de Atendimento Integrado (UAI), os quais funcionarão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência Central de Canais de Atendimento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.
Art. 13 – Esta Portaria não exclui a aplicação de quaisquer diretrizes normativas expedidas pelo governo do Estado ou pela Chefia da Polícia Civil.
Art. 14 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 19 de março de 2020.
Ivan José Lopes
Delegado-Geral de Polícia
Superintendente de Informações e Inteligência Policial

19 1337496 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
72.956 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Lucio Cesar Cristian Pinheiro, Investigador de Polícia, nível II, MASP 1.174.075-0, para prestar serviços na Academia de Polícia Civil/ACADEPOL, procedente do Gabinete do Chefe da Polícia Civil.
19 1337494 - 1

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO,

GESTÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL
LICENÇA PATERNIDADE
Concede Licença Paternidade nos termos do inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º, do artigo 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por cinco dias, aos servidores:
MASP 1.257.263-2, Flávio Mikio Tashiro, a partir de 20 de dezembro de 2019
MASP 1.480.396-9, Thaltes Philippe Dias Gomes, a partir de 11 de fevereiro de 2020

SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2020 – 7

MASP 1.188.217-2, Alessandro Carlos Rodrigues de Almeida Santa Gema, a partir 14 de fevereiro de 2020
MASP 1.318.101-1, Leonardo Thadeu Ramos de Napolis, a partir 15 de fevereiro de 2020
MASP 1.257.140-2, Ênio Batista Fernandes Rocha, a partir de 19 de fevereiro de 2020
MASP 1.331.356-4, Thiago Mendes Avelino, a partir de 17 de fevereiro de 2020
MASP 1.242.350-5, Daniel Inácio da Silva, a partir de 25 de fevereiro de 2020
MASP 1.255.788-0, Marcelo Bernardes de Castro, a partir de 27 de fevereiro de 2020
MASP 1.237.898-0, Thiago de Oliveira Souza Pacheco, a partir de 27 de fevereiro de 2020
MASP 1.257.225-1, Fabiano Santos do Nascimento, a partir de 11 de fevereiro de 2020
MASP 1.145.276-0, Renato Alexandre Amaral, a partir de 02 de março de 2020
MASP 1.356.388-7, Rogério Paixão Silva, a partir de 04 de março de 2020
MASP 1.112.497-1, Tauer Jordani Gusmão do Couto, a partir de 21 de fevereiro de 2020
MASP 1.163.795-6, Mohramady Vinicius Cordeiro Semões, a partir de 28 de fevereiro de 2020
MASP 1.318.238-1, Thiago Rossi Montezano Ribeiro, a partir de 06 de fevereiro de 2020
MASP 1.112.805-5, Elton Ramalho da Costa, a partir de 03 de março de 2020.

LICENÇA PATERNIDADE
Concede Licença Paternidade nos termos do inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º, do artigo 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por quatro dias, ao servidor:
MASP 1.330.220-3, Gabriel Belchior João, a partir de 06 de março de 2020.

LICENÇA PATERNIDADE
Concede Licença Paternidade nos termos do inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º, do artigo 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por dois dias, ao servidor:
MASP 1.317.797-7, Franco Vasconcelos Silva Oliveira, a partir de 15 de fevereiro de 2020.

LICENÇA MATERNIDADE
Concede Licença Maternidade, nos termos do art. 17º da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, por 120 (cento e vinte) dias, com prorrogação por mais 60 (sessenta) dias conforme Lei nº 18.879, de 27 de maio de 2010, às servidoras:
MASP 1.060.935-2, Leticia da Conceição Aleixo, a partir de 02 de fevereiro de 2020
MASP 1.353.312-0, Érica Braga Almeida Alves, a partir de 11 de fevereiro de 2020
MASP 1.317.862-9, Elizete Gomes Duarte da Silva, a partir de 10 de fevereiro de 2020
MASP 1.174.093-3, Fernanda Gonçalves de Freitas, a partir de 26 de fevereiro de 2020
MASP 1.256.027-2, Lidia Barros de Andrade, a partir de 04 de março de 2020
MASP 1.205.052-2, Luciana Fernandes, a partir de 12 de fevereiro de 2020
MASP 1.332.324-1, Verenna Laurem Vidal de Assis Veloso, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO
Concede afastamento por motivo de Casamento, nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869 de 05/07/1952, por oito dias, aos(as) servidores(as):
MASP 1.237.722-2, Cirano de Almeida Borges, a partir de 31 de janeiro de 2020
MASP 1.480.852-1, Ezequiel Laerte da Conceição, a partir de 29 de janeiro de 2020
MASP 1.413.915-8, Leandro Ribeiro Austregésilo, a partir de 31 de janeiro de 2020
MASP 1.268.779-4, Gabriel Lazrotti de Oliveira, a partir de 14 de fevereiro de 2020
MASP 1.256.426-6, Mesake Mitroni Ferreira, a partir de 14 de fevereiro de 2020
MASP 1.479.847-4, André Ferreira Milton, a partir de 24 de janeiro de 2020
MASP 1.330.687-3, Douglas Valério de Barcelos, a partir de 05 de março de 2020
MASP 1.351.793-3, Igor Barbosa Guerra, a partir de 28 de fevereiro de 2020
MASP 1.330.574-3, João César Bicalho Costa Assis, a partir de 28 de fevereiro de 2020
MASP 1.111.442-8, Michelle Ribeiro Martins, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

AFASTAMENTO POR MOTIVO LUTO
Concede afastamento por motivo de Luto, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/07/1952, por oito dias, aos servidores:
MASP 1.080.919-2, Juliana Barbosa França, a partir de 08 de fevereiro de 2020
MASP 1.194.705-8, André Paulo de Souza, a partir de 31 de janeiro de 2020
MASP 452.174-6, Cristiano Neves da Silva, a partir de 08 de fevereiro de 2020
MASP 1.318.192-0, Lucilaine Malagoli Torres de Paula, a partir de 10 de fevereiro de 2020
MASP 1.479.848-2, Alcides Augusto de Castro Xavier, a partir de 09 de fevereiro de 2020
MASP 1.480.006-4, Sanzio Santos Araujo, a partir de 15 de fevereiro de 2020
MASP 1.482.690-3, Frederico de Oliveira Dayrell, a partir de 28 de fevereiro de 2020
MASP 661.963-9, Elaine Lemos Felix, a partir de 26 de fevereiro de 2020
MASP 1.242.129-3, Fernando Oliveira Carneiro, a partir de 29 de fevereiro de 2020
MASP 370.181-0, Durval Tomaz Tavares, a partir de 27 de outubro de 2019
MASP 340.882-0, José Cassiano Ferreira Guarda, a partir de 02 de março de 2020.

ALTERAÇÃO DE NOME
Altera o(s) nome(s), à vista de documentos apresentados, dos (as) servidores (as):
MASP 668.158-9, Marilene de Fátima Silva Melo, para Marilene de Fátima Silva
MASP 1.4